

JUSTIÇA

Trama golpista: STF toma depoimentos

Supremo Tribunal Federal inicia audiências de testemunhas nos núcleos 2, 3 e 4. Entre os nomes que vão depor estão ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica e políticos, como Rodrigo Pacheco, Hamilton Mourão e Costa Neto

Isac Nóbrega/PR



O general Freire Gomes, comandante do Exército no governo Bolsonaro, será uma das testemunhas interrogadas no núcleo 2

» MAIARA MARINHO

» Gilmar Mendes cobra formação de PMs

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, amanhã, as audiências das testemunhas arroladas pela acusação e pelas defesas dos réus dos núcleos 2, 3 e 4, que serão realizadas até 23 de julho. Os acusados integram os grupos apontados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) como responsáveis pela tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito após as eleições de 2022. As audiências marcam uma nova fase no processo que apura a organização de uma trama golpista a partir da cúpula do poder. Os núcleos que agora avançam na fase de instrução processual reúnem acusações de elaboração da minuta do golpe, do plano de assassinato do ministro Alexandre de Moraes, do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin, e por produzir e disseminar desinformação sobre o processo eleitoral.

As audiências das testemunhas de defesa do núcleo 2 serão entre 15 e 21 de julho. Já as oitivas das testemunhas de defesa do núcleo 3 serão realizadas entre os dias 21 e 23. As oitivas do núcleo 4 serão feitas em 15 e 16 de julho. Não haverá transmissão, e as audiências poderão ser publicadas em etapa posterior. De acordo com a denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, os réus estão divididos em quatro núcleos — o primeiro deles, composto por Jair Bolsonaro e ex-assessores diretos, já teve as oitivas encerradas e encontra-se na fase final. Agora, o foco está nos demais núcleos, cujos integrantes foram denunciados por suposta participação em diferentes etapas do plano golpista.

O objetivo da etapa das audiências de instrução é reunir elementos probatórios a partir dos relatos de testemunhas indicadas tanto pela acusação quanto pelas defesas. A oitiva permite esclarecer os fatos e sustentar as teses apresentadas pelas partes. São comuns perguntas sobre o conhecimento

do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou, em publicação feita nas redes sociais, “formação adequada” de policiais após dois casos seguidos de mortes cometidas por agentes da Polícia Militar de São Paulo. Segundo ele, o cenário requer “compromisso dos órgãos de controle e respeito aos direitos humanos”. Procurados, o governo de São Paulo e a Secretaria da Segurança Pública ainda não se manifestaram. “O Estado não pode adotar os mesmos métodos daqueles que pretende enfrentar. Segurança pública se faz com inteligência e respeito à legalidade”, escreveu o ministro no X (ex-Twitter). Gilmar reforçou, ainda, a importância da adoção de câmeras corporais nas fardas.

dos depoentes a respeito dos eventos descritos na denúncia, as relações com os réus e a existência ou não de ordens, planejamentos ou ações que possam ter contribuído para os atos investigados. As audiências são conduzidas pelo ministro Alexandre de Moraes, relator das ações penais e responsável pela inquirição das testemunhas. A ordem das perguntas é feita geralmente primeiro pelo juiz instrutor, PGR, e depois pelos advogados das defesas.

Conheça os núcleos

O núcleo 2 é acusado de elaborar a “minuta do golpe”. Compõem o grupo o delegado da Polícia Federal Fernando de Sousa Oliveira, o ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República Filipe Garcia Martins Pereira, o ex-assessor da Presidência Marcelo Costa Câmara, a ex-diretora de Inteligência da Polícia Federal Marília Ferreira de Alencar, o general da reserva do Exército Mário Fernandes e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques.

O núcleo 3 é acusado de ser o responsável pelas ações táticas da trama golpista, que envolve um detalhado planejamento operacional, denominado “Punhal Verde e Amarelo”, que seria executado em 15 de dezembro de 2022 para matar os já eleitos presidente Lula e vice-presidente Geraldo Alckmin. Entre os acusados estão os coronéis Bernardo Romão Corrêa Neto, Márcio Nunes de Resende Júnior, Fabrício Moreira de Bastos;

os tenente-coronéis Hélio Ferreira Lima, Rafael Martins de Oliveira, Rodrigo Bezerra de Azevedo, Ronald Ferreira de Araújo Júnior, Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros; o general da reserva Estevam Cals Theophilo Gaspar De Oliveira e o agente da Polícia Federal Wladimir Matos Soares.

O núcleo 4, responsável pela desinformação, reúne figuras ligadas à comunicação bolsionista, acusadas de promover uma campanha sistemática contra o processo eleitoral, espalhando notícias falsas e atacando instituições e autoridades. São investigados o ex-major Ailton Moraes Barros, o major da reserva Ângelo Denicoli, o subtenente Giancarlo Rodrigues, o tenente-coronel Guilherme Almeida, o coronel Reginaldo Abreu, o agente da Polícia Federal Marcelo Bormevet e Carlos César Moretzsohn Rocha, presidente do Instituto Voto Legal (IVL).

Encerradas as audiências de testemunhas, o Supremo passa para a etapa de interrogatório dos réus. As datas podem coincidir ou não, a escolha do calendário é feita pelo ministro relator, Alexandre de Moraes. Após as etapas, inicia-se o prazo para as alegações finais, que antecedem o julgamento final na Primeira Turma, composta pelos ministros Cristiano Zanin (presidente), Cármen Lúcia, Luiz Fux, Flávio Dino e Moraes.

Principais testemunhas

As audiências de instrução no Supremo Tribunal Federal (STF) têm revelado uma lista de

testemunhas de defesa composta por figuras proeminentes do cenário político e militar brasileiro, sublinhando a relevância dos depoimentos para os processos em curso. Para a defesa de Filipe Garcia Martins Pereira, uma série de nomes de destaque foram arrolados. Entre eles, destacam-se os ex-comandantes das Forças Armadas, Marco Antônio Freire Gomes (ex-comandante do Exército) e Carlos De Almeida Baptista Junior (ex-comandante da Aeronáutica), que, de acordo com o delator Mauro Cid, teriam participado de uma reunião onde se discutiu a possibilidade de ruptura institucional.

Do setor político, a defesa de Pereira também convocou o ex-presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco, os ex-ministros Eduardo Pazuello (Saúde) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil), além do ex-ministro do GSI de Lula, Marco Edson Gonçalves Dias. Os deputados federais Marcel Van Hattem e Hélio Lopes completam a lista de testemunhas arroladas por sua defesa. A defesa de Ailton Gonçalves Moraes Barros também contará com os testemunhos do ex-comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, e do ex-comandante da Aeronáutica, Carlos De Almeida Baptista Junior. Para Estevam Cals Theophilo Gaspar De Oliveira, além de Marco Antônio Freire Gomes, a defesa terá o depoimento do ex-vice-presidente Hamilton Mourão, hoje senador.

Na defesa de Marcelo Costa Câmara, foram arrolados o senador e ex-ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Simionetti Marinho, e o ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira Filho. O ex-ministro do GSI Marco Edson Gonçalves Dias prestará depoimento também para a defesa de Rodrigo Bezerra de Azevedo. O presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, é testemunha arrolada pela defesa de Carlos César Moretzsohn Rocha. Para Rafael Martins De Oliveira, a defesa chamou o ex-comandante da Aeronáutica Carlos De Almeida Baptista Junior, e o ex-ministro da Defesa José Múcio Monteiro Filho.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Governadores aliados de Bolsonaro são os mais prejudicados pelo tarifaço

A decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifas de 50% sobre produtos brasileiros é uma sanção política sem precedentes, que viola não apenas as regras do jogo do comércio mundial, mas também as leis norte-americanas, como apontou o Prêmio Nobel Paul Krugman. Politicamente, está sendo um tiro pela culatra, porque desestabiliza e divide internamente as forças de direita e prejudica sobretudo a economia dos principais estados governados por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mais do que uma represália econômica, houve uma intervenção explícita na política interna do Brasil, conforme admitido na própria carta do republicano ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao condicionar a suspensão das tarifas ao arquivamento dos processos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que no primeiro momento tentaram capitalizar a seu favor o tarifaço, estão tentando se reposicionar, por conta do enorme desgaste da oposição nas redes sociais diante do apoio de Bolsonaro às medidas de Trump. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), está na mesma situação, embora seu estado não esteja entre os principais exportadores para os Estados Unidos. Todos são pré-candidatos à Presidência e sonham com o apoio de Bolsonaro em 2026. Ironicamente, a crise diplomática e comercial entre o Brasil e os EUA alimenta a polarização entre Lula e o ex-presidente, porém, agora, com a balança pendendo a favor do governo e contra a oposição.

A situação é dramática para São Paulo, que respondeu por US\$ 13,6 bilhões das exportações para os Estados Unidos em 2024, seguido pelo Rio de Janeiro (US\$ 7,4 bi), governado por outro aliado de Bolsonaro, Cláudio Castro, e sua principal base eleitoral. Vem a seguir Minas Gerais (US\$ 4,6 bi) e Espírito Santo (US\$ 3,0 bi), o único estado cujo governador, Renato Casagrande (PSB), é aliado de Lula. A esses números somam-se os R\$ 14 bilhões em exportações do Nordeste — especialmente de Ceará, Bahia e Maranhão —, sob risco iminente de colapso, segundo levantamento da Sudene. No Brasil meridional, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná exportam cerca de US\$ 5 bilhões para os Estados Unidos. Em todos os estados o bolsionarismo ficou na berlinda, mesmo naqueles onde é amplamente majoritário.

Entre os principais produtos afetados pelas tarifas estão petróleo, derivados, ferro e aço, celulose, café, calçados, carnes, frutas e suco de laranja. São setores que agregam valor às exportações, empregam milhares de brasileiros e sustentam economias regionais inteiras. Ainda assim, em nota agradecendo o apoio de Trump, Bolsonaro não fez nenhuma crítica ao tarifaço.

Tudo ou nada

Seu filho Flávio Bolsonaro (PL-RJ), senador da República, não apenas minimizou a agressão como tornou mais evidente de que se trata de uma chantagem política contra o governo brasileiro e um ultimato contra o Supremo Tribunal Federal (STF). Disse que a solução para o tarifaço seria anistiar os envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) foi ainda mais longe: além de celebrar a carta de Trump, disse que ele mesmo teria ajudado a Casa Branca a redigi-la. O parlamentar está licenciado da Câmara e reside nos Estados Unidos, com o propósito de articular o apoio de Trump ao seu pai, o que fez com êxito. Seu projeto é substituir Bolsonaro, que está inelegível, nas eleições.

O tarifaço de 50% é a maior taxa comercial cobrada a um país pelos EUA, está muito acima daquelas anunciadas para o México (30%), o Canadá (35%), o Japão (25%) e a União Europeia (30%). E não tem fundamentos econômicos, porque o comércio com o Brasil é supervalorizado para os EUA. É mesmo uma decisão política vinculada ao julgamento e à inelegibilidade de Bolsonaro, com quem Trump se identifica ideologicamente. A empatia entre ambos aumentou devido aos processos que o próprio Trump sofre nos Estados Unidos, mas que não o impediram de disputar e vencer as eleições, ao contrário do que ocorre no Brasil. Esse entendimento dificulta muito as negociações diplomáticas e comerciais e está muito claro para o Itamaraty.

A posição dúbia de Tarcísio, que agora busca diálogo com diplomatas americanos, expõe o dilema dos supostos “herdeiros” do bolsionarismo e pode sepultar suas pretensões de disputar a Presidência no próximo ano. Com o tarifaço, será impossível manter o apoio dos eleitores fiéis a Bolsonaro, sem o qual não chegaria ao Palácio dos Bandeirantes, e preservar pontes com o empresariado e o eleitorado moderado. A manobra de Tarcísio, no momento, é buscar negociações diretas com os Estados Unidos, por meio do encarregado de negócios da embaixada norte-americana no Brasil, porém, não tem a moeda de troca exigida por Trump: o arquivamento do processo contra Bolsonaro pelo Supremo.

Até então acudido pela perda de popularidade, Lula fatura as bandeiras da soberania nacional, da defesa da democracia e da justiça tributária. O clã Bolsonaro, por sua vez, tirou o protagonismo de Tarcísio e foi para tudo ou nada em 2026.

A CRISE
DIPLOMÁTICA
E COMERCIAL
ENTRE O BRASIL E
OS EUA ALIMENTA
A POLARIZAÇÃO
ENTRE LULA E O
EX-PRESIDENTE,
PORÉM, AGORA,
COM A BALANÇA
PENDENDO
A FAVOR DO
GOVERNO